

# CARRA

Receba nossos informativos online. **Cadastre** seu e-mail no site [www.sindsep-pe.com.br](http://www.sindsep-pe.com.br)



Agência Brasil

## Governo insiste em **reajuste parcelado** e servidores dizem **não**

» páginas 6 e 7

**Biblioteca** comunitária conta com **projeto** para **estimular** leitura na **periferia** de Jaboatão

» página 3



**Jackeline** Natal, do Dieese, fala sobre **crise econômica**

» página 13



Sindsep realiza **Encontro de Políticas Públicas**

» página 14

## E o **retrocesso** continua no **Congresso**

» páginas 10, 11 e 12

## O Brasil e o despertar do ódio

O Brasil passa por um momento ímpar de retrocesso social diante da atual conjuntura política, econômica e midiática nacional. Nos últimos anos, havíamos conquistado importantes avanços. Mais respeito às diferenças e mais investimentos em programas sociais. Um período em que o racionalismo e a ação prática assumiram o lugar da esperança e da fé em utopias.

Mas nos últimos tempos, uma elite nacional reacionária e preconceituosa passou a mostrar suas garras e a dominar o discurso dos grandes meios de comunicação brasileiros, propagando o ódio contra os avanços sociais em todos os rincões do país. Ódio contra programas sociais e medidas que beneficiaram as classes menos favorecidas, como o Programa Bolsa Família, o aumento acima da inflação do salário mínimo, a regulamentação da atividade de empregada(o) doméstica(o) e os investimentos em escolas técnicas e universidades públicas. Aversão que descambou para um ódio de classe e de gênero e passou a contagiar cidadãos das mais diversas classes sociais brasileiras, desaguando nas redes

sociais da internet.

Hoje, não só os 'ricos' odeiam ter que pagar salários mínimos para suas empregadas domésticas negras e vê-las viajando de avião e comemorando o ingresso de seus filhos em universidades. Boa parte da classe média se contaminou com essa ira. Odeiam assistir ao avanço das mulheres, dos negros e do grupo LGBT no cenário nacional, que cada vez conquistam mais vagas em cursos técnicos, universitários e no mercado de trabalho.

Um ódio com raízes profundas na formação escravocrata e machista do povo brasileiro, mas que tem sido alimentado diariamente pelos meios de comunicação e seus programas policiais, 'jornalísticos', de opinião e de humor. Uma ira que tem descambado facilmente para a violência física. Então passamos a assistir atônitos, por exemplo, a espancamentos, veiculados em redes sociais, praticados contra pobres, negros e mulheres Brasil a fora. O mais recente deles resultou no assassinato coletivo de um homem negro e pobre, suspeito de um crime, espancado após

ter sido amarrado em um poste de energia elétrica, neste mês de julho, no Maranhão.

Outro absurdo injustificável vitimou a própria presidenta do Brasil. Um casal de pernambucanos está sendo investigado por ter produzido e comercializado na internet um adesivo criminoso, para ser colado na entrada do tanque de gasolina dos carros, com Dilma Rousseff de pernas abertas.

Mais do que atingir uma pessoa que ocupa o maior cargo do país, esses adesivos representam uma apologia ao estupro e uma naturalização da violência contra a mulher e contra o movimento feminista que luta há décadas contra o preconceito de gênero. Esse adesivo é apenas um exemplo do quanto a sociedade brasileira ainda é machista e desrespeitosa com as mulheres e do quanto esse machismo ainda tem que ser combatido para termos uma sociedade mais justa e igualitária.

**Isac Santos**  
Diretor de Imprensa do Sindsep-PE

### CHARGE SAMUCA



### ATENÇÃO



### EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco  
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista  
CEP 50.050-200 Recife – PE  
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839  
Home: [www.sindsep-pe.com.br](http://www.sindsep-pe.com.br)  
e-mail: [sindsep@sindsep-pe.com.br](mailto:sindsep@sindsep-pe.com.br)  
[imprensa@sindsep-pe.com.br](mailto:imprensa@sindsep-pe.com.br)

Coordenação Geral  
**Maria das Graças de Oliveira**  
Secretaria Geral  
**José Carlos de Oliveira**  
Secretaria de Imprensa e Divulgação  
**Isac dos Santos Neto,**  
**Sérgio da Silva Goiana**  
e **Valdemar Joaquim de Santana**

Jornalista Responsável e Edição  
**Fabiola Mendonça**  
Texto  
**Fabiola Mendonça** (DRT-2506),  
**Deyse Lemos** (DRT 3909),  
**Alexandre Yuri** (DRT 2942)  
Revisão M<sup>a</sup> de Lourdes  
**Souto Maior Araujo**

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação  
Ilustrações Samuca  
Projeto gráfico, capa e diagramação  
**Karla Tenório** (DRT-2468)  
Impressão CCS  
Fone: 3458.0000  
Tiragem 12.500 exemplares

### ÚLTIMAS

## Vito Giannotti, presente!

No dia 24 de julho, a esquerda brasileira e o movimento sindical perderam um dos seus maiores lutadores: Vito Giannotti, coordenador do Núcleo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) e da Livraria Antônio Gramsci. Vito sempre apostou na comunicação como a principal arma ideológica da classe trabalhadora. Anualmente, coordenava o curso de comunicação do NPC, maior encontro de comunicadores alternativos do país. Em vários momentos, Vito Giannotti esteve presente na história do Sindsep-PE. Para o sindicato, a partida de Vito representa uma perda sem tamanho para a luta da classe trabalhadora e para a comunicação contra-hegemônica. Cabe a nós, darmos continuidade ao legado desse socialista inveterado. Vito Giannotti, presente!

## Jucativa propaga a educação estimulando a leitura

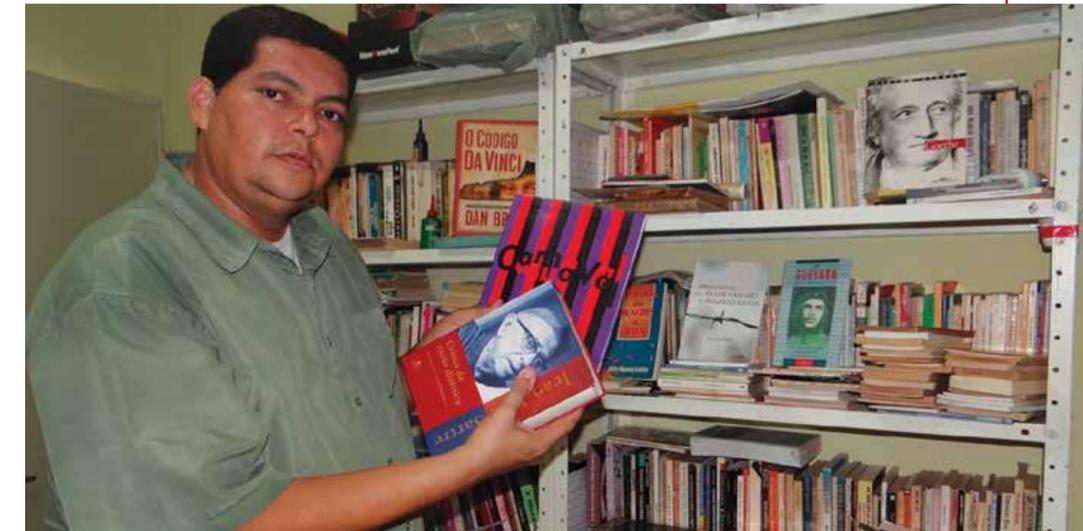
O filósofo grego, Platão, dizia ser fundamental a criação de um método capaz de impedir que a incompetência e a corrupção existissem no governo público. Por isso, a cidade ideal, para ele, só poderia ser governada por aqueles que possuíssem a habilidade da sabedoria, os filósofos. E a habilidade da sabedoria só seria conquistada com muita educação. Foi inspirado nessas ideias platônicas que o teólogo Rogério Brito Batista, 42 anos, resolveu montar uma biblioteca comunitária para empréstimo de livros aos moradores de seu bairro, o Jardim Jordão, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes.

“Assisti a uma palestra do professor de teologia e escritor João Ferreira Santos, em que ele tratava da ideia platônica da educação das cidades. Depois conversei com o professor e falei da ideia de estimular a leitura em meu bairro. Então ele e uns amigos me doaram alguns livros e eu iniciei a biblioteca”, disse Rogério.

Era o ano de 1996. Rogério Brito fundou a Juventude Cultural Ativa (Jucativa) em um ponto comercial que possuía em Jardim Jordão, depois da doação de 33 livros. No início, a novidade despertou o interesse de todos, mas com a popularização dos computadores e internet, as pessoas deixaram de recorrer aos livros. Rogério não se rendeu. Ele levou os livros para a sua residência e hoje utiliza como aliada aquela que poderia ter sido a sua maior inimiga, a internet.

Por meio de uma página da Juventude Cultural Ativa no Facebook, já com mais de 1,7 mil seguidores, Rogério divulga a biblioteca, além de diversos textos sobre cultura, política, economia e religião, vários deles do professor João Ferreira Santos, que o considera como mentor. Atualmente, a Jucativa conta com um acervo de mais de dois mil livros disponíveis. E detalhe: os clientes da biblioteca recebem os livros em suas residências ou locais de trabalho, sem nenhum custo. É tudo de graça. E o atendimento não se restringe mais ao bairro de Jardim Jordão.

A Jucativa atende a leitores dos bairros de Jordão Alto, Jordão Baixo, Iburá, Imbiribeira, Boa Vista, Boa Viagem, Pina, Setúbal, Piedade, Candeias, além dos municípios de Abreu e Lima e Cabo de Santo Agostinho. No acervo, livros de filosofia, política, religião, literatura nacional e internacional, além de livros infanto-juvenis e



**CIDADANIA** Projeto mudou a rotina de leitura de várias comunidades

infantis. Entre eles, *A Crítica da Razão Dialética*, de Jean-Paul Sartre, *A República*, de Platão, *Em Defesa da Sociedade*, Michel Foucault, *Juventude e Dominação Cultural*, vários autores, *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queiroz, e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis.

Para receber os livros da Jucativa, os interessados devem preencher uma ficha de cadastro que Rogério Brito encaminha por e-mail. A solicitação da ficha pode ser feita por meio de mensagem para [jucativa@live.com](mailto:jucativa@live.com), [jucativape@gmail.com](mailto:jucativape@gmail.com) ou por meio da página do facebook: [www.facebook.com/jucativape](http://www.facebook.com/jucativape). Contatos também podem ser feitos pelo telefone: (81) 98636-7733.

Quem desejar doar livros para o acervo deve entrar em contato com a Jucativa, que só não está recebendo livros didáticos, por já ter um grande número. “Há uma procura grande por Clarice Lispector, Rubem Alves, Paulo Freire, Mário Sérgio Cortella”, comenta Rogério.

Segundo o teólogo, a maioria dos leitores da Jucativa são mulheres, das mais diversas idades, como a aposentada Aldorina Cordeiro da Cruz, 64 anos. Ela é cadastrada desde o último mês de janeiro. “Conheci através de minha filha que gosta muito de ler. Estou lendo um livro por mês. Quando leio fico meditando sobre o que o livro diz e depois gosto de transmitir os ensinamentos para as pessoas.”

A soldadora Renata Maria de França, 27 anos, é outra cliente assídua da Jucativa. “Nunca fui muito fã de leitura. Mas conheci a Jucativa e despertei o interesse. Ele traz o livro aqui em casa. Assim a gente acaba se interessando”, destacou Renata que tem um filho de dez anos que também é leitor da biblioteca, Victor Gomes. “Ele não gosta muito de ler. Adora viver com os colegas na rua, jogando bola. Mas agora, para sair, tem que ler um trecho de um livro”, disse.

Leandro Eduardo Ferreira da Silva, 18 anos, também foi estimulado à leitura depois que conheceu o trabalho de Rogério. “Eu só lia por obrigação, os livros da escola, para fazer provas. No ano passado, Rogério me entregou o livro *A Águia e a Galinha*, de Leonardo Boff. Hoje leio de dois a três livros por mês”, garantiu. No final de 2014, Leandro passou na seleção do vestibular do curso de Filosofia, da Unicap. ◀



## Os 21 anos do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas

Uma comemoração em grande estilo. Afinal, são 21 anos do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-PE, completados no dia 4 de julho. A data foi comemorada no dia 10, com palestra, apresentação cultural, homenagens e muita música ao vivo. Na mesa de abertura, Laércio Vicente, atual coordenador de articulação do Núcleo, lembrou como se deu a criação da representação de base dos aposentados e pensionistas no Sindsep. Em seguida, leu o nome de todos os que já passaram por lá e, ao parabenizá-los todos, frisou: “Vamos tentar honrar o trabalho que foi iniciado.”

Três ex-coordenadores falecidos foram homenageados. Em vez de um minuto de silêncio, um minuto de palmas. Maria Chalegre também foi homenageada. Ela é a única que está no Núcleo de forma ininterrupta desde a sua criação. Depois das homenagens teve início a palestra. José Maria da Silva, professor da Unicap e presidente da Comissão do Idoso da OAB-PE, falou sobre direitos e deveres da pessoa idosa. Para ele, a Constituição de 1988 é muito completa e, se fosse colocada em prática, não precisaria do Estatuto do Idoso.

“O estatuto foi uma forma de cobrar que se cumpram as leis”, disse o jurista, reconhecendo que, mesmo com a legislação, até hoje os idosos não são respeitados. José Maria da Silva concluiu sua palestra lembrando a importância de os idosos se apoderarem dos seus direitos e cobrarem o cumprimento deles.

Após a palestra houve apresentação cultural de mamulengo, que trouxe ao palco várias mensagens políticas, desde a crise econômica ao Congresso Nacional conservador, até a luta do Sindsep por um serviço público gratuito e de qualidade.

Durante a apresentação do mamulengo também foram homenageados dirigentes do Sindsep-PE que participaram ativamente da criação do Núcleo. Entre eles, Graça Oliveira, atual coordenadora geral, na época, diretora de Formação; Isac Santos, hoje diretor de Imprensa, na época, coordenador geral; e Ana Paula Pontes, que não faz mais parte da direção, mas foi uma das incentivadoras da criação do Núcleo, quando era secretária geral.

Para fechar a noite, Paulinho Jiu, ao teclado, cantou um repertório vasto de músicas brasileiras. Anos 60, 80, brega e forró. Até a *sufrência* estava no repertório, que agradou a vários gostos e idades. Um sucesso! ◀



**VALORIZAÇÃO**  
As homenagens àqueles que ajudaram e participaram da criação do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep-PE

## Distorção salarial desestimula servidores da Aeronáutica

O desestímulo provocado pela distorção salarial entre as carreiras dos servidores civis da Aeronáutica é o maior problema enfrentado pela maioria dos trabalhadores daquele órgão, em Pernambuco. A diferenciação existente entre as três carreiras de servidores tem provocado um descontentamento generalizado entre os trabalhadores das unidades militares locais.

Enquanto um servidor de nível intermediário do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) recebe um salário de R\$ 3,7 mil, o salário do trabalhador do mesmo nível do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar (PCCTM) pode chegar até a R\$ 7,4 mil. Já o nível intermediário do Grupo de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Dacta) recebe R\$ 6 mil.

Quanto ao nível superior, o trabalhador do PGPE recebe um salário de R\$ 7,6 mil, enquanto o salário do Grupo Dacta é de R\$ 11,2 mil e do PCCTM pode chegar a R\$ 14,7 mil.

Levando-se em consideração que, em Pernambuco, a Aeronáutica possui 1.736 servidores civis do PGPE, 335 do PCCTM e 40 do Dacta, a distorção salarial tem prejudicado a grande maioria dos trabalhadores locais do órgão.

“O Governo criou a carreira do PCCTM, em 2006, para valorizar um grupo de funcionários e, desde então, vivemos em meio a essa distorção”, comentou o diretor de políticas públicas do Sindsep-PE e agente administrativo do II Comar, Rogério Bastos de Freitas, acrescentando que parte dos servidores não foi contemplada.

Além da distorção entre as três carreiras, também existe uma diferenciação salarial grande entre os servidores do PCCTM. O salário do nível intermediário da categoria varia entre R\$ 4,3 mil e os R\$ 7,4 mil já citados acima. E do nível superior, de R\$ 8,2 mil a R\$ 14,7 mil.

“Quando ingressei na Aeronáutica, todos os nossos salários eram compatíveis. Não tínhamos divisão de carreiras. O que existia era a diferenciação normal entre os níveis auxiliar, intermediário e superior. Agora vivemos essa distinção”, destacou a agente administrativa do II Comar, Christina Maria Albuquerque do



**SILVANA**  
“Há uma insatisfação generalizada entre o pessoal do PGPE”

**ROGÉRIO**  
“A carreira do PCCTM contribuiu com as distorções salariais”

**CHRISTINA**  
“Acreditamos que, finalmente, o Governo irá rever essa situação”

Nascimento.

A luta dos servidores, desde 2006, é para que o Governo Federal inclua todos os trabalhadores do PGPE lotados nas Organizações Industriais na carreira de Tecnologia Militar. Em reunião que aconteceu no último dia 20 de maio, entre os representantes da Condsef e técnicos da Secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento (SRT/MPOG), a Condsef informou que a inclusão dos servidores é ponto pacífico na pauta do setor, não cabendo mais discussão sobre sua legitimidade.

Agora, a Condsef aguarda audiência com o ministro da Defesa, Jaques Wagner, para solicitar o envio de um documento ao Planejamento, referendando o apoio da Defesa ao enquadramento dos servidores. “Há uma insatisfação generalizada entre o pessoal do PGPE. É como se o nosso trabalho não tivesse importância”, lamentou Silvana Mayne Duarte Costa, agente administrativa da Base Aérea do Recife. No entanto, os servidores estão otimistas com as negociações. “Estamos acreditando que, finalmente, o Governo irá rever essa situação”, complementou Christina Albuquerque.

Um outro problema enfrentado pelos servidores civis da Aeronáutica é um fator que atinge toda a esfera da administração federal. A falta de concurso público. Atualmente, dos 2111 servidores da Aeronáutica, 396 são aposentados e 1433 são pensionistas, restando apenas 282 trabalhadores na ativa. O último ingresso de servidores públicos na Aeronáutica ocorreu em 1995, por meio de um concurso público realizado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

“Antigamente o Governo promovia concursos para um órgão e quando as vagas eram preenchidas, os remanescentes podiam ser chamados para diversos outros órgãos públicos da esfera federal. A Aeronáutica só abriu concurso público para civis na década de 80”, informou Rogério Bastos. Como nos outros órgãos, os funcionários também sofrem com a falta de equipamentos de trabalho, como computadores e impressoras, e com a ausência de cursos de capacitação. ◀

# Servidores não aceitam reajuste parcelado de 21,3%

Depois de idas e vindas, propostas e contrapropostas, os servidores federais decidiram não aceitar a proposta de R\$ 21,3% de reajuste parcelado oferecida pelo governo. Nas últimas rodadas de negociações, dias 21 e 22 de julho, o governo foi intransigente e condicionou negociar os demais pontos da pauta de reivindicação à aceitação dos 21,3%. Esse percentual, vale lembrar, seria dividido em quatro parcelas (2016: 5,5%; 2017: 5%; 2018: 4,75% e 2019: 4%). O Fórum Nacional dos Servidores Federais reivindica 27,3% para 2016.

Diante desse quadro, alguns setores do funcionalismo decidiram entrar em greve. Em Pernambuco, o Sindsep vem realizando assembleias para ouvir a base, mas, até o fechamento dessa edição, nenhum órgão tinha aprovado paralisação por tempo indeterminado. “É a base que vai decidir, que vai dizer se vai parar ou não. Estamos fazendo nosso papel como direção, divulgando as negociações com o governo e o cenário que estamos vivenciando”, chama atenção Graça Oliveira, coordenadora geral do Sindsep-PE.

O Fórum Nacional dos Servidores vem tentando uma alternativa e chegou a apresentar ao governo a proposta de parcelar os 27,3% em duas vezes, 2016 e 2017. O problema é que o prazo para enviar o percentual de reajustes para o ano que vem já está acabando. O governo tem até 21 de agosto para enviar o orçamento de 2016 para aprovação do Congresso Nacional. Até lá, só muita mobilização fará o Executivo atender às demandas do funcionalismo.

## PAUTA AMPLA

Mas, a pauta dos servidores federais vai muito além de reajuste salarial. Benefícios como auxílios saúde e creche, tíquete alimentação e plano de saúde; extensão da lei 12.277/10 (carreiras transversais) para todos os servidores; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; além da regulamentação da negociação coletiva para o setor público são apenas algumas das prioridades da categoria.

O governo chegou a oferecer um aumento de R\$ 85,00 para o tíquete alimentação, que passaria de R\$ 373,00 para R\$ 458,00. Para auxílio saúde, propôs um aumento que varia de R\$ 101,00 a R\$ 205,00, de acordo com a faixa etária. Já para auxílio creche, garante um índice de 317%, o que faria o valor chegar a R\$ 275,22. Acontece que todos esses pontos estão condicionados ao reajuste dos 21,3%. Ou seja, está na mão dos servidores decidirem o seu próprio futuro.

# A campanha salarial nos órgãos federais

Paralelo às negociações da campanha salarial 2015 com o governo, o Sindsep-PE continua realizando assembleias nos órgãos da base em algumas cidades do interior para divulgar a pauta de reivindicações dos servidores federais.

Houve assembleias nos municípios de Palmares, Petrolina, Belo Jardim, Pesqueira e Floresta. No Recife, o sindicato se reuniu com servidores da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Dnit, SPU, AGU, Incra, Fazenda, além de realizar uma assembleia geral no dia 23 de julho, na sede da entidade com servidores de todos os órgãos.

Nas assembleias, o Sindsep passou os informes das negociações em Brasília e a possibilidade de greve. Além disso, em cada encontro, houve uma análise de conjuntura política e econômica brasileira.

Como forma de reagir à intransigência do governo, alguns órgãos realizaram paralisações, como a dos servidores do Ibama/Recife, no dia 7 de julho. No dia 29, servidores da AGU promoveram um café da manhã como forma de protesto. Uma semana antes, no dia 21 de julho, o Sindsep participou, juntamente com o Sindicato dos Servidores Estaduais, de uma panfletagem no centro do Recife, em defesa do serviço público, pela regulamentação na Convenção 151 da OIT, por mais concursos públicos e contra a terceirização. Em Brasília, o mês de julho foi marcado por várias manifestações. ◀



**LOCAL DE TRABALHO** Servidores do Recife e do interior participam das assembleias realizadas pelo Sindsep para discutir a campanha salarial. Nenhum órgão deliberou greve

# Congresso dá continuidade à antirreforma política

Ana Volpe/ Agência Senado (27/07/2013)



**A ANTIRREFORMA POLÍTICA QUE VEM SENDO APROVADA NO CONGRESSO NACIONAL CAMINHA A PASSOS LARGOS, O QUE PODERÁ INCIDIR EM ENORMES RETROCESSOS NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO, JÁ QUE CONSOLIDA NA LEI REGRAS PARA QUE AS MAZELAS POLÍTICAS CONTINUEM E ATÉ PIOREM. NA CÂMARA, O PRESIDENTE DA CASA, O DEPUTADO EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ), QUER APROVAR O MAIOR NÚMERO DE PROJETOS POSSÍVEIS PARA BENEFICIAR OS SEUS FINANCIADORES DE CAMPANHA E A ELITE POLÍTICA NACIONAL, ANTES DE SER RETIRADO DA PRESIDÊNCIA, DEVIDO A INVESTIGAÇÕES QUE ESTÃO SENDO FEITAS PELA OPERAÇÃO LAVA JATO. NO SENADO NÃO É DIFERENTE. OS SENADORES TAMBÉM ESTÃO APROVANDO A TOQUE DE CAIXA AS VÁRIAS MATÉRIAS QUE TRATAM DO ASSUNTO, SEMPRE COLOCANDO SEUS INTERESSES POLÍTICOS À FRENTE DO QUE É MELHOR PARA A SOCIEDADE. VEJA ABAIXO ALGUMAS DAS PROPOSTAS JÁ APROVADAS:**

## SENADO

O Senado aprovou o PLS 430/2015 que restringe as coligações nas eleições proporcionais. Pela proposta, as alianças continuam permitidas, mas na hora do cálculo do coeficiente eleitoral, a contagem será feita por partido, e não por coligação. Na prática, o projeto esvazia as coligações eleitorais, que continuarão a existir, mas não vão interferir no resultado da eleição.

O PLS 473/2015 proíbe os veículos de comunicação de contratar empresas de pesquisas sobre eleições ou candidatos que nos 12 meses anteriores ao pleito tenham prestado serviços a partidos políticos, candidatos e a órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta dos poderes Executivo e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O plenário do Senado aprovou também o PLS 441/2015, que altera o acesso ao Fundo Partidário e determina que somente terão direito ao fundo as legendas com diretórios permanentes em 10% dos municípios, distribuídos em 14 estados até 2018. Em 2015, os recursos do Fundo Partidário, constituídos basicamente por verbas da União, alcançaram R\$811 milhões.

Os senadores também aprovaram o PLS 476/2015, que estabelece quarentena para magistrados e promotores que decidirem se candidatar a cargos eletivos. Com as regras aprovadas, magistrados e membros do Ministério Público, só poderão concorrer às eleições depois de dois anos de afastamento dos cargos.

A Casa aprovou ainda o PLS 477/2015, que institui as federações dos partidos políticos. De acordo com a nova regra, dois ou mais partidos poderão reunir-se em federação, a qual, após a sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atuará como se fosse uma única agremiação partidária.

## CÂMARA

A Câmara aprovou um artigo que eliminará candidatos de partidos menores dos debates de rádio e TV. Por esse artigo, as emissoras de rádio e TV só são obrigadas a convidar para debates candidatos de partidos com pelo menos nove deputados federais. Antes, a regra obrigava a convidar todos os candidatos de partidos que tinham pelo menos um deputado na Câmara. Se este artigo da lei se mantiver até o final da tramitação no Congresso, 12 partidos não poderão participar dos debates na TV no primeiro turno: Psol, PV, PTdoB, PHS, PTN, PRP, PMN, PEN, PSDC, PTC, PSL e PRTB.

Empresas que executam obras públicas serão impedidas de financiar campanhas. A mudança, no entanto, não impede a doação de prestadoras de serviços, como de limpeza e segurança, e de empresas fornecedoras de produtos e alimentos, que continuarão a ser grandes financiadoras. A pessoa jurídica que descumprir a regra poderá pagar multa no valor de cinco a dez vezes a quantia doada, além de ficar proibida de participar de licitações e

celebrar contratos com o poder público pelo período de cinco anos.

A Câmara fixou um teto alto de R\$ 20 milhões como gasto máximo para o financiamento de campanha eleitoral por pessoas jurídicas. Outra imposição nova é a regra que impede uma companhia de doar mais que 0,5% do faturamento bruto a um único partido. O texto mantém o limite de contribuições de pessoas físicas a 10% dos rendimentos brutos obtidos no ano anterior à eleição, mas prevê que a soma de doações para um mesmo partido ou candidato não pode ultrapassar um quarto desse valor.

O projeto fixa ainda teto de gastos nas eleições baseado em percentuais de despesas declaradas nas disputas eleitorais imediatamente anteriores à entrada em vigor dessa lei. De acordo com a proposta, para o primeiro turno das eleições de presidente da República, governadores e prefeitos, o limite de gasto nas campanhas de cada candidato será de até 70% do maior gasto declarado para o cargo, quando a disputa for definida em primeiro turno. Nos casos em que a eleição for para o segundo turno, o limite será de 50% do maior gasto declarado.

A proposta também reduz a duração da campanha eleitoral de 90 para 45 dias e diminui o tempo da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão de 45 para 35 dias. Ou seja, a população terá ainda menos conhecimento sobre as propostas dos candidatos.

Uma das principais medidas aprovadas na Câmara foi a que estabelece o fim da reeleição para mandatos executivos - presidente da República, governadores e prefeitos. Os deputados também aprovaram o mandato de cinco anos para todos os cargos eletivos, tanto proporcionais quanto majoritários. A regra não vai valer ainda para as eleições de 2016 e de 2018.

## MPs 664 e 665 se tornam Lei depois da sanção presidencial

Contrário às mobilizações e aos apelos da classe trabalhadora brasileira, o governo federal conseguiu aprovar no Congresso Nacional e transformar em leis as Medidas Provisórias 664 e 665. Consideradas como pilares do ajuste fiscal, as MPs foram sancionadas pela presidente Dilma Rousseff em junho último.

A MP 665, que restringe o acesso ao seguro-desemprego e ao seguro-defeso, foi convertida na Lei 13.134. Pelo texto aprovado e sancionado pela presidenta, o trabalhador terá direito ao seguro-desemprego se tiver trabalhado por pelo menos 12 meses nos últimos dois anos. Antes, o trabalhador precisava de apenas seis meses.

### As medidas que fazem parte do ajuste fiscal do governo federal prejudicam a classe trabalhadora

Para poder pedir o benefício pela segunda vez, o projeto estipula que o trabalhador tenha nove meses de atividade. Antes, esse prazo exigido era de seis meses de trabalho. Caso o trabalhador requisite o benefício pela terceira vez, terá que comprovar ter trabalhado por seis meses.

Dilma vetou um artigo que estabelecia regras diferenciadas para concessão de seguro-desemprego ao trabalhador rural. Segundo a presidenta, "a medida resultaria em critérios diferenciados, inclusive mais restritivos, para a percepção do benefício do seguro-desemprego pelo trabalhador rural."

Para o seguro-defeso, pago ao pescador durante o período em que a pesca é proibida, foi mantida a regra vigente antes da edição da medida provisória: o pescador necessita ter ao menos um ano de registro na categoria. A intenção do governo era aumentar essa exigência para três anos.

Em relação ao abono salarial, foi vetado o dispositivo que aumentava para 90 dias a carência necessária para o recebimento do benefício. Assim, fica mantida a regra atual dos 30 dias. O veto é decorrente de acordo realizado entre a Presidência e o Senado.

### MP 664

A Medida Provisória (MP) 664 foi convertida na lei 13.135. A MP muda as regras para o direito à pensão por morte, limitando o recebimento pelo cônjuge ou companheiro segundo a expectativa de vida. Agora, os cônjuges só poderão requerer pensão por morte do companheiro se o tempo de união estável ou casamento for de mais de dois anos e o segurado tiver contribuído para o INSS por, no mínimo, um ano e meio.

Antes, não era exigido tempo mínimo de contribuição para que os dependentes tivessem direito ao benefício, mas era necessário que, na data da morte, o segurado estivesse contribuindo para a Previdência Social. Cumpridas as carências previstas, o cônjuge ou companheiro receberá a pensão segundo sua idade na data do óbito do segurado.

Para o cônjuge com menos de 21 anos, a pensão será paga por três anos; na faixa de 21 a 26 anos, por seis anos; entre 27 e 29, por dez anos; entre 30 e 40 anos, por 15 anos; na idade de 41 a 43, por 20 anos; e para os com 44 anos ou mais ela continuará vitalícia.

Quando o tempo de casamento ou de contribuição forem inferiores ao necessário para se ter o benefício, o cônjuge terá ainda assim direito a uma pensão, mas somente durante quatro meses.

A parte da pensão que couber aos filhos ou ao irmão dependente deixará de ser paga aos 21 anos, como é hoje, sem qualquer carência. Os inválidos receberão até o término da invalidez.

O benefício pago pela Previdência Social aos pensionistas continuará sendo o valor da aposentadoria que o segurado recebia ou teria direito a receber se estivesse aposentado por invalidez na data da morte. ◀

# Numa manobra golpista, Câmara aprova redução da maioria

Foto: Agência Câmara

Já existe no Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de anulação da sessão do plenário da Câmara dos Deputados do dia 1º de julho que aprovou em primeiro turno a redução da maioria penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos. A ação foi movida no dia 9 deste mês por 102 parlamentares de 14 partidos diferentes.

A matéria foi aprovada menos de 24 horas depois de ter sido rejeitada na própria Câmara. No dia 30 de junho ela não obteve os 308 votos necessários e, no dia seguinte, numa manobra golpista e antidemocrática do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB), ela teve 322 votos. Essa não é a primeira vez que Cunha não admite ser contrariado e desrespeita o regimento interno da Câmara e a própria Constituição Federal.

O outro grande golpe de Cunha foi na pseudo reforma política. O plenário rejeitou o financiamento empresarial de campanha e, logo em seguida, ele o pôs novamente em votação e conseguiu aprová-lo.

No caso da redução da maioria penal, um grupo de parlamentares alega duas coisas. Primeiro, o parágrafo 5º do artigo 60 da Constituição Federal diz que “matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa”. A sessão a qual se refere, é legislativa. Sendo assim, a redução da maioria só poderia voltar ao plenário no ano que vem.

A única diferença do texto rejeitado no dia 30 de junho é que ele também ampliaria a redução da maioria para delitos de roubo qualificado e tráfico de drogas. Para os parlamentares que entraram com a ação no Supremo, esse detalhe não é suficiente para tratar a matéria aprovada como algo totalmente novo.

Além disso, a maioria penal é cláusula pétrea, se refere aos direitos fundamentais da pessoa humana. Para alguns juristas, a questão só é abordada no artigo 228 da Constituição Federal porque existe um capítulo específico para tratar de temas relativos à criança e ao adolescente. Se não houvesse essa parte, com certeza a maio-



## Voto a voto

### Como votou a bancada pernambucana

- Adalberto Cavalcanti (PTB)
- Anderson Ferreira (PR)
- Augusto Coutinho (Solidariedade)
- Betinho Gomes (PSDB)
- Bruno Araújo (PSDB)
- Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB)
- Daniel Coelho (PSDB)
- Eduardo da Fonte (PP)
- Fernando Filho (PSB)
- Fernando Monteiro (PP)
- Gonzaga Patriota (PSB)
- Jarbas Vasconcelos (PMDB)
- João Fernando Coutinho (PSB)
- Jorge Corte Real (PTB)
- Kaio Maniçoba (PHS)
- Luciana Santos (PCdoB)
- Marinaldo Rosendo (PSB)
- Mendonça Filho (DEM)
- Pastor Eurico (PSB)
- Raul Jugmam (PPS)
- Ricardo Teobaldo (PTB)
- Silvio Costa (PTB)
- Tadeu Alencar (PSB)
- Wolney Queiroz (PDT)
- Zeca Cavalcanti (PTB)

CONTRA  
 A FAVOR

**CONTRA** Matéria aprovada, sob protestos

ridade penal estaria tratada no artigo 5.º.

## AINDA DÁ TEMPO DE REVERTER

A redução da maioria penal ainda precisa ser apreciada em segundo turno na Câmara dos Deputados. Essa votação deve acontecer em agosto. Depois disso, a matéria ainda precisa passar por duas comissões e duas votações no plenário do Senado.

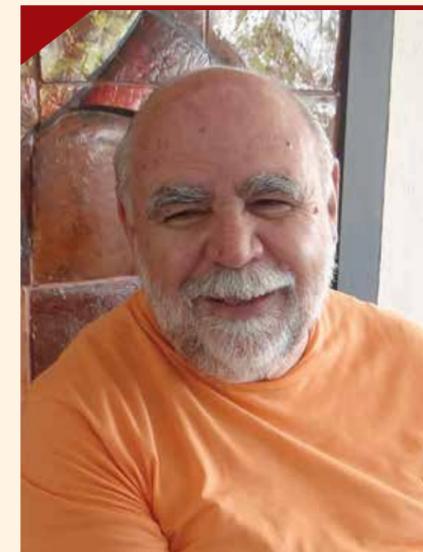
Diante de tudo isso é preciso dar um basta no movimento golpista e reacionário da Câmara. É preciso também refletir sobre o papel de cada um dos deputados que votaram a favor da redução da maioria penal. São todos conservadores e antidemocráticos. Eduardo Cunha não está só. Da bancada pernambucana, por exemplo, mais da metade dos deputados votou a favor da PEC e de outros projetos retrógrados que já passaram pela Câmara Federal. É importante acompanhar esses parlamentares e excluí-los da sua lista de políticos sérios e comprometidos com um país justo e democrático. ◀

# O fim do abolicionismo penal

É um triste paradoxo constatar que, numa época em que aumenta a violência e a criminalidade violenta, o garantismo jurídico seja substituído pelo chamado “terrorismo penal”, através daquela odiosa inversão em que a vítima se transforma em réu. A grande maioria das pessoas tende a tomar o efeito pela causa e responsabilizar criminalmente os excluídos de todas as oportunidades sociais pelos transtornos da sociedade. Em primeiro lugar, todos somos responsáveis por esses transtornos. Ninguém está, absolutamente, isento de responsabilidade pelos problemas da nossa sociedade. Por comissão ou omissão, cada um de nós tem parte nesse desajuste moral que assistimos pelo rádio, televisão, jornais e redes sociais. Em segundo lugar, é pouco cristão adotar a vingança, a retaliação, o ódio como forma de tratar aqueles que nos ofende ou nos ameaça, sobretudo quando se trata de menores de idade e incapazes moralmente. Terceiro, não é boa política criminal endossar o ponto de vista kantiano da “retribuição” como fundamento do direito penal, ou a chamada “lei de talião”: olho por olho, dente por dente. Não é esse o fundamento da pena ou do castigo. A não ser que não acreditemos mais na palavra: ressocialização, reeducação, reinserção do apenado ao convívio social. Aí, seria mais honesto defender as políticas de higienização social, faxina social ou o puro extermínio daqueles que ameaçam à “paz social”.

Esse preâmbulo foi feito a propósito da manobra regimental (ou chicana regimental) que permitiu a aprovação da emenda que antecipa a maioria penal para os jovens e adolescentes de 16 anos. A PEC já tinha sido derrotada na primeira votação na Câmara dos Deputados. Mas graças a um artifício regimental, o discípulo da Igreja Sara Nossa Terra conseguiu reapresentá-la, sob o argumento de que se tratava de um outro texto, um outro projeto de lei. Não sei se vai ou não prosperar essa manobra, que ainda tem de passar por uma segunda votação, na Câmara, e duas votações no Senado. É possível que seja modificada no Senado, se for formado um consenso em torno da proposta do PSDB, que aumenta o tempo de internação dos menores delinquentes e aumenta a pena para os maiores que aliciam jovens para o cometimento de ilícitos penais.

O que chama mais atenção é o perfil dos que serão atingidos por essa perversa ma-



“ A grande maioria das pessoas tende a tomar o efeito pela causa e responsabilizar criminalmente os excluídos de todas as oportunidades sociais pelos transtornos da sociedade. Todos somos responsáveis por esses transtornos.”

nobra, caso ela prospere: menores e adolescentes pretos, pardos, pobres e analfabetos. Será este o contingente alcançado pelo “terrorismo penal” da bancada da bala e da Bíblia, na Câmara dos Deputados. Ao invés de mais escolas de tempo integral, mais bolsas de estudo, mais profissionalização, lazer e oportunidades sociais, mais cadeias, mais celas, mais vagas nas prisões superlotadas de detentos e apenados. Seria mais honesto defender uma política de extermínio social, sem cotas, para este grupo. Admitir que o fabuloso processo de (EX)inclusão social brasileiro não comporta esse grupo. Ou que a sombra de Cesare Lombroso voltou a pairar sobre a cabeça de legisladores (evangélicos) e juristas. É que há um relativo consenso na população brasileira de que o paraíso não é para todos. É para alguns. E que “o crime de colarinho branco” compensa no Brasil. Rende aposentadoria milionária, estandarte e dia feriado.

Aqueles que costumam esgrimir o Poder de Polícia contra os outros e a necessidade de prisão para os mais pobres provavelmente nunca foram presos (e acham que nunca serão). Invoque-se o exemplo do Pizzolato na Itália ou de Maluf na cela da Polícia Federal de São Paulo! Ou dos ricos empresários pegos na Operação Lava-jato: é chato, deslegante e pouco confortável ser preso no Brasil. As cadeias não são devidamente aparelhadas, são úmidas, frias ou quentes, não tem televisão, frigobar ou um cardápio sob medida, com comida italiana ou árabe. Ou seja, cadeia mesmo só para pobre e miserável que só depende da defensoria pública e do juiz das execuções penais. Para os demais, liberdade assistida ou prisão domiciliar, com pizza e coca-cola e jogos do Brasil.

Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdier, o “habitus” e o “Animus” limita a história de vida das pessoas, mais ou menos determinando o destino de cada um, em sociedades competitivas, injustas e desiguais. Mas nada, absolutamente nada, impede de que aqueles que vieram de baixo, que não nasceram em berço de ouro, não foram a Boston para aprender inglês, possam mudar esse destino e ter uma vida muito melhor. Tudo depende da disposição, da vontade política da sociedade em oferecer oportunidades sociais, educacionais, profissionais, artísticas que resgatem esses milhões de jovens e crianças brasileiros...da morte certa na guilhotina que está sendo preparada para eles. ◀

# A túnica rígida do passado

“Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse. O fermento contido, a rasgadura evitada gerou uma civilização marcada pela veleidade, a fada que presidiu ao nascimento de certa personagem de Machado de Assis, claridade opaca, luz coada por um vidro fosco, figura vaga e transparente, trajada de névoas, toucada de reflexos, sem contornos, sombra que ambula entre sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora. Cobrindo-a, sobre o esqueleto do ar, a túnica rígida do passado inexaurível, pesado e sufocante”.

Com essas palavras, Raymundo Faoro concluiu um dos grandes clássicos do pensamento social brasileiro - *Os Donos do Poder*. Da mesma maneira que a *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes, a obra-prima do jurista e cientista social gaúcho que completaria 90 anos se vivo fosse procura demonstrar a força das continuidades e da conservação no processo histórico brasileiro. Uma força que bloqueia ininterruptamente os impulsos de transformação presentes na nossa sociedade.

É impossível não olhar para a presença de Patrus Ananias e Katia Abreu no atual governo Dilma Rousseff, respectivamente no Ministério do Desenvolvimento Agrário e no Ministério da Agricultura, e não pensar no “ser e não ser, ir e não ir” de Faoro. Igualmente impossível é acompanhar a lógica dos cortes orçamentários na área social implementados por Joaquim Levy e não



“Eduardo Cunha e Renan Calheiros representam as forças conservadoras com as quais o governo não quis romper”

9,4 bilhões de reais o orçamento do Ministério da Educação, colocando em questão o cumprimento do Plano Nacional de Educação aprovado ano passado, mas não a política de austeridade colocada em prática pelo PhD em Economia na Universidade de Chicago e atual Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Dentro de um contexto no qual a Reforma Agrária e a Educação “vão e não vão”, não causa espanto o fato de passarem a ganhar destaque no cenário político nacional figuras modorrentas como Eduardo Cunha e Renan Calheiros, já que representam exatamente as forças conservadoras com as quais o governo Dilma não quis romper, dando prosseguimento à aliança com o conservadorismo que marcou os 8 anos do governo Lula.

O risco que se corre hoje (para infortúnio da democracia e dos direitos humanos) é de, como resultado da indecisão de romper ou não com o conservadorismo, os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores terem servido como encubadoras para o seu fortalecimento, assegurando suas posições dentro do atual “bloco no poder” até o momento oportuno, que pode estar próximo, onde serão fortes o suficiente para implodir este último libertando-se das forças progressistas responsáveis pela sua preservação política.

Se tal cenário realmente se concretizar, veremos realizada de novo as análises clássicas do pensamento social brasileiro acerca da força da conservação na realidade histórica brasileira: a “túnica rígida do passado” que cobre a nação, sufocando-a. ◀

recordar “a indefinição das formas e da vontade criadora” transcrita acima.

Como uma espécie de Frankenstein político, o atual ministério da presidente Dilma é capaz de, no intervalo de 24 horas, defender a ideia de que inexistem latifúndios no país, de tal forma que a Reforma Agrária deveria ser pontual (discurso de posse de Katia Abreu, em 5/1/15), ao mesmo tempo em que se afirma que é preciso derrubar a cerca do latifúndio, por meio da efetiva aplicação do princípio constitucional da função social da propriedade (discurso de posse de Patrus Ananias, em 6/1/15).

No melhor estilo Dr. Jekyll e Mr. Hyde, logo depois de anunciar o slogan “Brasil: pátria educadora”, o governo reduz em nada menos que

# A crise e a superação

DIANTE DA CRISE ECONÔMICA NACIONAL TÃO PROPAGADA PELA IMPRENSA BRASILEIRA, O JORNAL GARRA DECIDIU OUVIR UMA ESPECIALISTA PARA QUE NOSSOS LEITORES TENHAM UMA IDEIA REAL DO QUE ESTÁ ACONTECENDO NO PAÍS. ESTA ENTREVISTA COM A ECONOMISTA E SUPERVISORA TÉCNICA DO DIEESE EM PERNAMBUCO, JACKELINE NATAL, ABORDA O ASSUNTO SERIAMENTE. SEM O RANÇO POLÍTICO DA DIREITA E DOS GRANDES MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO BRASIL.

**GARRA** – O Brasil passa por uma retração econômica. Qual o motivo desta crise?

**JACKELINE NATAL** – São vários os fatores. Dentre eles, a persistência de uma das piores crises capitalistas na nossa era. Desde 2008 os países desenvolvidos estão afundados numa grave crise que vai de recessão em alguns casos a baixos patamares de crescimento em outros. A taxa média de desemprego na Europa está em 11,3%; na Espanha 23% e na Alemanha 6%. Nos Estados Unidos, a taxa de 5,5%, aparentemente baixa, se explica em grande parte pela redução da taxa de participação, ou seja, da desistência das pessoas em procurar emprego. Aliado a isso, tem-se a diminuição do ritmo do crescimento chinês, principal parceiro comercial brasileiro. Este quadro afeta fortemente as contas externas do Brasil via redução do volume de exportação e redução da cotação desses mesmos produtos, reduzindo, por exemplo, o saldo comercial, que passou a ser negativo desde o final de 2013, além de comprometer cadeias produtivas ligadas aos setores exportadores. Os baixos preços do petróleo contribuem para este cenário, na medida em que afetam a economia de parceiros comerciais relevantes para o Brasil, como é o caso da Rússia e dos países árabes. Internamente, podemos destacar um esgotamento do modelo de crescimento adotado desde o primeiro governo Lula, devido à falta de adesão do capital privado à dinâmica

de investimentos coordenada pelo Estado. O modelo foi baseado na expansão do mercado interno através do aumento do gasto público com investimentos, programas de transferência de renda, valorização do salário mínimo e ampliação do crédito e teve impactos diretos na condição de vida da população, com a geração de emprego, aumento na renda do trabalho, redução da miséria, dentre outros. No governo Dilma, foram implementadas diversas medidas de redução de custo de produção com vistas ao aumento da competitividade, redução da taxa de juros reais aos menores patamares da nossa história recente, tudo com o objetivo de atrair o investimento privado, o que não aconteceu. Com a redução da dinâmica econômica e a política de desoneração de impostos, a arrecadação fiscal foi minguando, comprometendo a capacidade de o Estado sustentar o atual volume de gastos.

**GARRA** – Os grandes meios de comunicação nos dão impressão de que estamos vivendo uma catástrofe econômica. Esse terrorismo pode ter piorado a situação?

**JACKELINE** – O Brasil está passando por uma situação bastante difícil, isto é fato. Neste aspecto, o tratamento que a grande mídia tem dado aos indicadores negativos divulgados, decorrentes da crise em que nos encontramos, ignora os avanços pelo quais a economia passou e lança tintas sobre os dados recentes, desprezando o fato de que a base de comparação dos indicadores atuais é significativamente superior aos do início deste século, por exemplo. Criando uma sensação de que na verdade tudo que se estruturou nos últimos anos está inexoravelmente em cheque. Este quadro de desconstrução associadas às incertezas inerentes ao funcionamento da economia capitalista e a instabilidade política deterioram ainda mais as expectativas de recuperação da economia e contribuem sobremaneira para que os capitalistas brasileiros e estrangeiros mantenham seus recursos longe das atividades produtivas geradoras de riquezas, emprego e renda, alimentadas ainda mais pela política de aumento da taxa de juros.

**GARRA** – Por que a crise do Brasil não pode ser comparada à crise da Grécia?

**JACKELINE** – O Brasil, ao invés da Grécia, enfrentou a crise apostando no crescimento econômico e não em ajustes. Além disso, enquanto a relação Dívida/PIB da Grécia está na casa dos 180%, a do Brasil está no patamar de 65%. Patamar que deve aumentar este ano por conta da recessão e da política de juros, mas nem de longe se equipara a da Grécia. Mesmo assim, o mercado financeiro internacional deve especular muito com a situação fiscal do Brasil, inclusive com a ameaça de rebaixamento da classificação de risco do país.

**GARRA** – Como o Brasil pode superar esse momento?

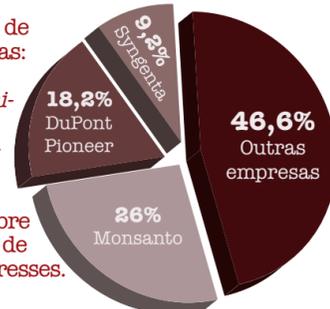
**JACKELINE** – Tendo em vista as incertezas do cenário internacional, o Brasil deveria se voltar mais para o mercado interno. Há uma demanda interna ainda significativa em termos de políticas sociais, infraestrutura, reforma urbana, transporte, saneamento, habitação, reforma agrária, uma agenda inteira que pode nos dar 15 anos de crescimento. O desafio, do lado sindical, é recolocar o emprego como prioridade fundamental e o centro da estratégia de crescimento. A política econômica deve vigorosamente retomar o desenvolvimento industrial com uma política cambial competitiva. É preciso que, na “pátria educadora”, o cidadão que daí emerge seja capaz de produzir ciência, criar tecnologias que se transformam, no chão da empresa, em inovação. É necessário agregar valor nas nossas vocações econômicas que nos permitam participar do comércio mundial em condições de equilíbrio e atender à demanda interna gerando empregos de qualidade aqui. ◀



## PELO MUNDO

### O poder do agronegócio mundo afora

Mais da metade (53%) do mercado mundial de sementes é controlado por apenas três empresas: Monsanto (26%), DuPont Pioneer (18,2%) e Syngenta (9,2%). É o que diz o relatório *A criminalização das sementes camponesas - Resistências e lutas*, que analisou legislações e políticas públicas de mais de 30 países na América, Ásia, África e Europa. Com o resultado, é possível observar o grande poder do agronegócio sobre governos e parlamentos mundo afora, ao ponto de conseguir aprovar leis que atendam a seus interesses.



### Um drible ao imperialismo

Uma alternativa ao FMI e ao Banco Mundial. Assim pode ser definido o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), entidade financeira criada pelos países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A instituição financeira representa uma reação às possíveis “contingências” e tem como finalidade financiar projetos de infraestrutura, ameaçando a atual hegemonia norte-americana nas finanças mundiais. A inauguração do NDB foi no dia 21 de julho, em Xangai, na China, e o banco já conta com um fundo inicial de US\$ 100 bilhões.



**VOTAÇÃO** Categoria aprova, em Assembleia, novo prazo para fechar acordo

# Trabalhadores ameaçam parar e Ebserh negocia

**A** mobilização dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) toma cada vez mais corpo à medida que as negociações avançam. As pressões feitas junto à empresa estão surtindo efeito e a negociação tem sinalizado para uma conclusão favorável ao trabalhador, o que tem unido a categoria.

Depois que os servidores ameaçaram a Ebserh com uma paralisação de dois dias em 15 estados brasileiros, a empresa voltou atrás em sua postura impositiva e resolveu fazer uma proposta mais favorável ao setor durante reunião com representantes da Condsef, no último dia 27 de julho.

O presidente da empresa, Newton Lima, a vice-presidente, Jeanne Liliane Michel, e o diretor de Gestão de Pessoas, Luiz Roberto Moselli, presentes à reunião, prometeram que irão atuar junto a setores do governo para atender as demandas dos servidores que ainda estavam pendentes.

Segundo eles, será feito um esforço para se chegar ao índice de 7,7% de reajuste dos salários e benefícios dos servidores, exigido pela categoria. Também irão atuar para implantação da jornada diurna de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, com exceção das áreas de internação de pacientes. Essas eram as duas maiores demandas dos trabalhadores.

“Consideramos a reposição da inflação primordial para o fechamento do acordo. Aceitar

um índice de reajuste menor deixará o salário bastante defasado”, afirmou a representante dos funcionários da Ebserh, a técnica em enfermagem Gislaíne Fernandes.

Antes da ameaça de paralisação, a empresa oferecia um reajuste salarial de apenas 5,92%, além de 10% no valor dos tickets e 5% no auxílio saúde, auxílio creche e auxílio necessidades especiais, este último concedido às pessoas com deficiência. Também só admitia a mudança na escala para alguns setores específicos.

## ASSEMBLEIA HC

Diante da nova proposta da Ebserh, a grande maioria dos 79 trabalhadores lotados no Hospital das Clínicas de Pernambuco que estava reunida em Assembleia Extraordinária, realizada no dia 29 de julho, decidiu dar um prazo de 15 dias para que a empresa negocie com o governo. A mesma decisão foi tomada pela categoria nos demais estados brasileiros que já haviam decidido pela paralisação.

“Esperamos que a força do movimento dos trabalhadores, que estão unidos nacionalmente, faça com que a Ebserh repense o seu posicionamento”, destacou a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

“Iremos aguardar 15 dias por uma resposta favorável. Caso ela não seja dada, retornaremos ao processo de paralisação, ainda mais fortes”, complementou Gislaíne Fernandes. ◀

## Encontro de Gênero, Raça/ Etnia e Saúde do Trabalhador

**O** Sindsep-PE realizou, nos dias 28 e 29 de julho, em Garanhuns, o primeiro de uma série de encontros sobre Gênero, Raça/ Etnia e Saúde do Trabalhador. Durante os dois dias, servidores federais da região discutiram políticas públicas voltadas para esses setores e aprovaram, ao final, propostas que vão embasar as ações de políticas públicas do sindicato.

No primeiro dia, as palestras enfocaram a problemática da saúde do trabalhador e a questão racial e de etnia. Eva Lorena Alves, do INSS de Garanhuns, falou sobre as doenças que vêm vitimando a classe trabalhadora, provocadas, em alguns casos, pelas condições de trabalho e assédio moral. Jose Carlos, da Associação Quilombola de Castelinho, trouxe ricas reflexões sobre as dificuldades enfrentadas pela população negra. Após a exposição dos palestrantes houve uma apresentação cultural, com adolescentes do Castelinho.

No segundo dia, a secretária da Mulher de Garanhuns, Eliane Vilar, abordou a realidade da mulher no mundo do trabalho e como ela vem enfrentando a violência na sociedade brasileira. “O Brasil é um terreno fértil para a violência. O país já foi criado na violência, explorando índios e negros, se desenvolveu na violência e, hoje, vivemos uma guerra civil eterna. É violência no trânsito, contra jovens, negros, mulheres, homossexuais...” Ao final da atividade, os servidores puderam fazer consultas jurídicas ao advogado do Sindsep-PE, presente no segundo dia do evento.

“A avaliação é muito positiva, já que estamos descentralizando as ações de políticas públicas. Os conteúdos e as pessoas que fizeram o debate elevaram o nível da discussão”, avalia Lindinere Ferreira, secretária de Políticas Públicas do Sindsep-PE. O Encontro de Gênero, Raça/ Etnia e Saúde do Trabalhador também vai acontecer nos municípios de Caruaru, Petrolina, Palmares, Ribeirão, Vitória, Salgueiro e Recife. ◀



**DISCUSSÃO** Qualidade dos debates garantiu o alto nível do encontro